



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPEÚNA

Rua 01 nº 275 – CENTRO - Fone (19) 3576-9000
CEP 13537-000 – www.ipeuna.sp.gov.br

TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPEÚNA E O CENTRO DE APOIO E INTEGRAÇÃO A CRIANÇA, ADOLESCENTE E FAMÍLIA DE IPEÚNA- CAICAFI, NOS TERMOS E CONDIÇÕES ABAIXO ESTABELECIDAS.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPEÚNA**, com sede à Rua 1 nº 275, centro, Ipeúna, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.660.603/0001-95, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. **JOSÉ ANTONIO DE CAMPOS**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado neste município à Rua Luiz Leme de Andrade nº 613, Altos de Ipeúna, portador do CPF nº 067.633.618-31 e do RG nº 17.188.849, doravante denominada simplesmente **PREFEITURA**, e o **CENTRO DE APOIO E INTEGRAÇÃO A CRIANÇA, ADOLESCENTE E FAMÍLIA DE IPEÚNA - CAICAFI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.063.735/0001-40, com sede à Avenida 5 nº 409, centro em Ipeúna-SP, neste ato representada pela Sra. **BÉLA BORGES DE SOUZA LOYOLA**, brasileira, casada, portadora do RG nº 17.189.354 e do CPF nº 055.929.578-23, residente e domiciliada à Rua Mário Gomes Pinto nº 529, Altos de Ipeúna, Ipeúna-SP, doravante denominada simplesmente **ENTIDADE**, celebram o presente "Termo de Compromisso", que se regerá pela Lei Municipal nº 1262 de 16 de dezembro de 2016, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste termo de compromisso, a concessão de uma subvenção mensal destinada especificamente a cobrir despesas com as contratações de empregados feitas pela **ENTIDADE**, despesas de custeio e manutenção para o funcionamento do órgão e desempenho das atividades afins.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DA SUBVENÇÃO E DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. A **PREFEITURA** concedera à **ENTIDADE**, uma subvenção mensal no valor de até R\$.12.300,00 (doze mil e trezentos reais), a ser paga até o dia 20 (vinte) de cada mês.

2.2. A **PREFEITURA** efetuará repasses de recursos financeiros à **ENTIDADE**, mediante solicitação.

2.3. Os valores de subvenção poderão ser alterados mediante Lei específica.

CLÁUSULA TERCEIRA DA FISCALIZAÇÃO

3.1. Fica assegurada à **PREFEITURA**, a fiscalização do presente Termo de Compromisso, a qualquer tempo e independente de qualquer solicitação ou comunicação à **ENTIDADE**.

3.2. A fiscalização por parte da **PREFEITURA** não eximirá a **ENTIDADE** das responsabilidades previstas neste Termo de Compromisso, bem como das previstas na legislação em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DA DENÚNCIA

4.1. O presente Termo de Compromisso poderá ser denunciado, por qualquer das partes, pela inadimplência de quaisquer das cláusulas estabelecidas.

4.2. Na hipótese da **PREFEITURA** denunciar o presente Termo de Compromisso, a subvenção ora concedida será cancelada de imediato até que sanadas as irregularidades constatadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPEÚNA

Rua 01 nº 275 – CENTRO - Fone (19) 3576-9000
CEP 13537-000 – www.ipeuna.sp.gov.br

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.1. A **ENTIDADE** se compromete a prestar contas da subvenção ora concedida, **até o dia 31 de janeiro de 2018**, nos moldes adotados pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

5.2. Deverá ainda a **ENTIDADE**, prestar contas mensalmente até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do recebimento da subvenção, o montante de gastos e ao que se destinaram constantes de balancete mensal, bem como conciliações bancárias, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 2º, da Lei Municipal nº 1262, de 16/12/2016.

5.3. A não prestação de contas no prazo estipulado impedirá a renovação do presente Termo de Compromisso, bem como a falta de informações a destinação dos recursos, acarretará em impedimento de recebimento de novo subsídio, independentemente das medidas cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA RENOVAÇÃO

6.1. Este Termo de Compromisso terá vigência de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

6.2. Este Termo de Compromisso poderá ser renovado anualmente, mediante Lei e seu prazo de vigência se estenderá de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da execução deste Termo de Compromisso correrão por conta da dotação orçamentária própria constante do orçamento para 2017, classificadas como subvenção social, categoria econômica "3.3.50.43".

CLÁUSULA OITAVA – DO SUPORTE LEGAL

8.1. Este Termo de Compromisso é regulamentado pelos seguintes dispositivos legais:

- 8.1.1. Constituição Federal;
- 8.1.2. Lei Orgânica Municipal;
- 8.1.3. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- 8.1.4. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 8.1.5. Lei Federal nº 8.880, de 27 de maio de 1994;
- 8.1.6. Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994;
- 8.1.7. Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
- 8.1.8. Lei Municipal nº 1262 de 16 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DA ENTIDADE

9.1. Caberá a **ENTIDADE** providenciar e selecionar a seu exclusivo critério, e contratar em seu nome, os empregados que se fizerem necessários para plena execução do objeto do presente Termo de Compromisso, respondendo por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais, não tendo os mesmos vinculo empregaticio algum com a **PREFEITURA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. Independentemente de interpretação judicial, este Termo de Compromisso será rescindido nas hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPEÚNA

Rua 01 nº 275 – CENTRO - Fone (19) 3576-9000
CEP 13537-000 – www.ipeuna.sp.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

11.1. Para que haja a devida formalização e a assinatura deste Termo de Compromisso, a **ENTIDADE** deverá apresentar cópias autenticadas da seguinte documentação:

- 11.1.1. Estatuto social devidamente registrado em cartório;
- 11.1.2. Ata de posse da diretoria em exercício;
- 11.1.3. Último balanço da entidade;
- 11.1.4. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 11.1.5. Relação dos diretores, contendo CPF, RG, endereço residencial completo, profissão e cargo que ocupam;
- 11.1.6. Certificado de Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ipeúna;
- 11.1.7. Comprovante de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- 11.1.8. CND – Certidão Negativa de Débitos – INSS;
- 11.1.9. CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- 11.1.10. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 11.1.11. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- 11.1.12 – Certidão de regularidade junto à Secretaria da Receita Municipal;
- 11.1.13 – Certidão de regularidade junto à Secretaria da Receita Estadual;
- 11.1.14 – Declaração de funcionamento regular emitida por 2 (duas) autoridades públicas estaduais ou federais;
- 11.1.15 – Comprovar atuação prévia, mediante apresentação de certificados emitidos por órgãos e entidades públicas ou privadas que especifiquem os serviços prestados, há mais de 2 (dois anos na área de atividade);
- 11.1.16 – CPF e RG do representante;
- 11.1.17 – Comprovação de Declaração de Utilidade Pública de qualquer esfera de governo (federal, estadual ou municipal);
- 11.1.18 – Comprovação de abertura ou de existência de conta corrente em Instituição Financeira Oficial com a finalidade específica para movimentação dos recursos;
- 11.1.19 – Declaração de que não emprega menor, nos moldes no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
- 11.1.20 – Licença para Funcionamento na atividade pleiteada no plano de trabalho, em vigor ou declaração de isenção emitidas pela Vigilância Sanitária do Município;
- 11.1.21.. Declaração, assinada por seu representante legal, de que se compromete a prestar contas dos valores recebidos por conta do Termo de Compromisso, até o dia 31 de janeiro de 2018, nos moldes das exigências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como publicar, após o encerramento do exercício em que receber a subvenção, a prestação de contas resumida referente à aplicação do benefício na imprensa local ou regional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. Correrão por conta da **ENTIDADE** quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos.
- 12.2. Prevalecerá o presente Termo de Compromisso no caso de haver divergências entre ele e os documentos eventualmente anexados.
- 12.3 – Fica expressamente proibida às entidades beneficiadas a redistribuição do recurso a outras entidades, congêneres ou não;
- 12.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo Sr. Prefeito Municipal;
- 12.5. Aplicar no que couber o disposto no artigo 116, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como outros dispositivos legais previstos na aludida Lei.
- 12.6. Para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo de Compromisso, fica eleito o Foro da Comarca de Rio Claro/SP, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.




PREFEITURA MUNICIPAL DE IPEÚNA

Rua 01 nº 275 – CENTRO - Fone (19) 3576-9000
CEP 13537-000 – www.ipeuna.sp.gov.br

E, por estarem de acordo com as Cláusulas e condições ajustadas firmam o presente Termo de Compromisso em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

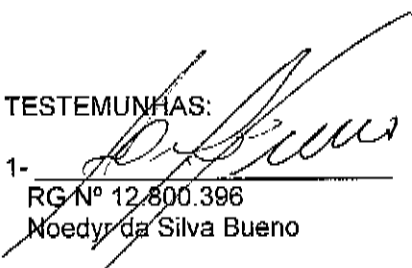
Ipeúna, 02 de janeiro de 2017.


JOSE ANTONIO DE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

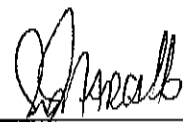
BELA BORGES DE SOUZA LOYOLA
PRESIDENTE

TESTEMUNHAS:

1-


RG Nº 12.800.396
Noedyr da Silva Bueno

2-


RG Nº 17.176.070-0
Sandra Marcatto da Silva



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPEÚNA

Rua 01 nº 275 – CENTRO - Fone (19) 3576-9000

CEP 13537-000 – www.ipeuna.sp.gov.br

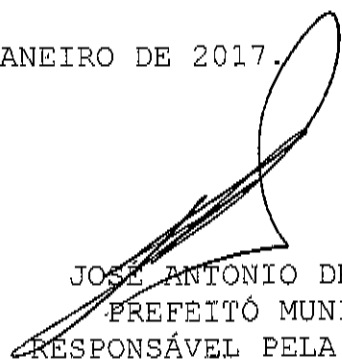
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO REPASSE AO TERCEIRO SETOR

Órgão Concessor: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPEÚNA
Órgão Beneficiário: CENTRO DE APOIO E INTEGRAÇÃO À CRIANÇA,
ADOLESCENTE E FAMÍLIA DE IPEÚNA – CAICAFI
Tipo de concessão: SUBVENÇÃO
Valor repassado: R\$.147.600,00
Exercício: 2017
Advogado (s): -


Pelo presente TERMO damos-nos por NOTIFICADOS para o acompanhamento dos atos da tramitação do correspondente processo no Tribunal de Contas até seu julgamento final e conseqüente publicação, e se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº.709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

IPEÚNA, 02 DE JANEIRO DE 2017.



JOSE ANTONIO DE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL
RESPONSÁVEL PELA CONCESSÃO



BÉLA BORGES DE SOUZA LOYOLA
PRESIDENTE DO CAICAFI-CENTRO DE APOIO E INTEGRAÇÃO À
CRIANÇA, ADOLESCENTE E FAMÍLIA DE IPEÚNA
Responsável pela entidade beneficiária